Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

CORREIO FLUMINENSE

Divulgação/Governo do Estado

Em uma semana, 74 postos foram fiscalizados

Estado intensifica ações no setor de combustíveis

O Governo do Estado do Rio intensificou as ações de combate a fraudes e outras irregularidades tributárias no setor de combustíveis. Além de fortalecer a arrecadação de ICMS e o cumprimento das obrigações previstas em lei, esse trabalho ajuda a proteger o consumidor final na hora de abastecer. Somente na primeira semana, foram intimados 74 postos e cerca de 700 serão notificados em todo o estado. A iniciativa visa buscar os postos que não fizeram o recadastramento obrigatório. Aqueles que perderam o prazo estão sendo intimados, pessoalmente, a realizar o procedimento em até cinco dias úteis, sob o risco de impedimento da Inscrição Estadual após o devido processo legal. Cerca de 700 postos ainda precisam se recadastrar.

Inscrição estadual no radar

Outra frente é a série de fiscalizações presenciais em estabelecimentos que estão com a Inscrição Estadual impedida e, portanto, proibidos de comprar produtos e emitir notas fiscais de venda. Esta semana, uma ação conjunta com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Operação Foco autuou e interditou um posto de combustíveis nessa situação, na Zona Oeste do Rio. Foram emitidos três autos de infração no valor total de R$ 62 mil. O posto operava sem autorização da ANP e teve os bicos de combustíveis lacrados.

Divulgação/PCERJ

Mudança moderniza a estrutura e valoriza os agentes

Castro sanciona duas leis que alteram a Polícia Civil

O governador Cláudio Castro sancionou a Lei Complementar nº 224, que institui alterações na Lei Orgânica da Polícia Civil. Publicada nesta quinta-feira no Diário Oficial (23), a norma moderniza e valoriza a estrutura da corporação, consolidando avanços históricos nas regras de carreira, promoções e gratificações dos servidores.

Entre os principais objetivos da nova legislação estão a unificação de cargos da corporação, a modernização das regras para promoções por merecimento, antiguidade e bravura, e a atualização das normas de remuneração e gratificação, de acordo com as atribuições e responsabilidades de cada função.

A lei também prevê a promoção de programas de estágio voltados a alunos de instituições de ensino públicas e privadas de nível superior, em áreas de interesse da Polícia Civil, com foco na formação prática e técnica. Além disso, estimula a formação e atuação de residentes técnicos nas áreas de ciências forenses e policiais, por meio de programas de qualificação, convênios e parcerias com órgãos públicos e instituições privadas.

Reestruturação de quadro

O governador Cláudio Castro sancionou a Lei nº 11.003, que promove a reestruturação do quadro permanente da Secretaria de Estado de Polícia Civil. A norma foi publicada nesta quinta-feira (23), no Diário Oficial. A mudança moderniza a estrutura e valoriza o trabalho dos Policiais Civis.

O novo texto define que o quadro permanente da Polícia Civil será composto pelos seguintes cargos: Delegado de Polícia, Perito Legista, Perito Criminal, Perito Papiloscopista, Oficial de Polícia Civil, Piloto Policial e Agente de Polícia Científica. A lei também regulamenta as atribuições de cada cargo.

A reestruturação busca a valorização profissional e o fortalecimento da carreira policial, especialmente por meio da unificação dos cargos de inspetor de polícia, oficial de cartório policial e investigador policial em oficial de Polícia Civil, acompanhando a tendência nacional e contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades de Polícia Judiciária.

Hélio Araújo/Flickr

Cláudio Ferreti, prefeito de Angra, implanta taxa para turistas e inclui Ilha Grande

Angra dos Reis vai cobrar taxa de turistas em 2026

Visitantes pagarão para entrar no município e na Ilha Grande, Patrimônio Mundial da Unesco

Por Sônia Paes

Com maioria na Câmara Municipal, o prefeito de Angra dos Reis, Cláudio Ferreti, conseguiu aprovar a implantação da taxa de turismo que começa a vigorar já no início do próximo ano. Ferreti sancionou o projeto em meio à protestos da população e de empresários. Moradores da Ilha Grande foram para a Câmara nesta quinta-feira, dia 23, e a temperatura subiu. A intenção deles era participar de uma audiência pública, de iniciativa do vereador Dudu do Turismo, que foi desmarcada sem nenhuma justificativa.

O deputado estadual Marcelo Dino (União), que estava no município e apoia o movimento contrário à taxa, se uniu aos moradores no plenário e em frente à Câmara. O tumulto no interior do Legislativo foi tão grande que os vereadores abandonaram a sessão, que tinha outras pautas em discussão.

O ápice da celeuma ocorreu quando uma moradora queria expor as perdas que sofreu em virtude de uma enchente. Ela foi impedida de se manifestar e Marcelo Dino, no plenário, se levantou e declarou que, a Alerj está de portas abertas para ouvir a população da cidade.

Uma mulher apontada como apoiadora do vereador Dudu do Turismo (PP), usando, inclusive, uma camisa do político, teria discutido com manifestantes contrários à taxação e abaixou as calças para mostrar as nádegas para o deputado. O parlamentar informou que era desacato e ameaçou prendê-la caso fizesse outra vez.

Dudu do Turismo foi ouvido pelo Correio Sul Fluminense e afirmou que o município tinha três taxas de turismo - Preservação Ambiental, Turismo e Embarque/Desembarque - que foram equacionadas em apenas uma: a TTS (Taxa de Turismo Sustentável). O valor será de R$ 23,75 no continente e R$ 47,50 para visitantes da Ilha Grande.

-Está dando uma confusão danada porque algumas pessoas não querem cobrança de taxa alguma, mas outras entendem que precisa ter investimento no turismo - disse Dudu, um dos que votou favorável ao projeto.

A taxa será implantada em três fases. Em 2026, a cobrança terá 50% de desconto, com início pelos cais de Santa Luzia, Vila do Abraão, Japariz e Araçatiba. Em 2027, o desconto será de 25%. A partir de 2028, passará a valer o valor integral. Ficarão dispensados do pagamento os moradores do município, familiares até o segundo grau, prestadores de serviço, crianças de até 12 anos e pessoas com mais de 60 anos.

Também estarão isentos da tarifa de ônibus os veículos cadastrados no Cadastur que usam o Cais de Santa Luzia para transportar passageiros a bares, restaurantes e hospedagens registrados no Sistema Digital do Turismo. A tarifa será aplicada apenas aos ônibus que não estiverem integrados ao sistema.

Combate aos maus tratos aos idosos

O Governo do Estado, sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública, realizou, nesta quarta-feira (22), o Dia D da Operação Virtude, ação do Ministério da Justiça voltada ao enfrentamento da violência contra pessoas da terceira idade. Durante as atividades, três idosos foram encontrados amarrados em condições insalubres e outros 18 resgatados na Zona Norte do Rio.

No bairro do Catumbi, três idosos foram encontrados amarrados em um local insalubre. O asilo havia sido interditado em 2024, mas funcionava de forma irregular. Outros 18 idosos foram resgatados, e o espaço foi novamente fechado. Em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, os agentes verificaram uma denúncia de que um casal sofria maus-tratos e estava em cárcere privado, praticado pelo próprio filho. O homem foi preso, pois havia um mandado de prisão em aberto por homicídio qualificado, cometido em 2017.

Já em São Gonçalo, na Região Metropolitana, e em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a polícia interditou parcialmente um asilo e aplicou multa de R$ 200 mil a outro, por irregularidades administrativas. Em um dos estabelecimentos os agentes encontraram remédios fora do prazo de validade. A proprietária do asilo, que atende 20 idosos, foi chamada para prestar esclarecimentos.

Na Ilha do Governador, policiais prenderam em flagrante o filho da proprietária de uma casa de longa permanência para idosos, por violência psicológica e humilhação contra sua própria mãe, uma senhora de 80 anos. Segundo os funcionários da casa e relatos da própria idosa, o filho atuava na administração do local e vinha agindo de forma agressiva e desrespeitosa contra a mãe, além de se apropriar indevidamente de valores pertencentes à instituição.

IFRJ tem palestra sobre Marco dos Games

O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), no campus Engenheiro Paulo de Frontin, recebeu, na última quarta-feira (22), o presidente da Associação de Criadores de Jogos do Estado do Rio de Janeiro (ACJOGOS-RJ), Márcio Filho, para uma palestra sobre o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos. A atividade integrou a programação da XV Semana Acadêmica do instituto, reunindo estudantes, docentes e profissionais do setor para discutir os avanços e desafios da indústria brasileira de games. O momento teve um significado especial para o curso de Jogos Digitais do IFRJ, o primeiro curso público federal da área no Brasil, que completou 10 anos de existência no ano passado.

Durante o encontro, foi discutido o processo de criação e aprovação da Lei nº 14.852/2024, mais conhecida como Marco Legal, que estabelece diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Jogos Eletrônicos no Brasil.

Além disso, a conversa abordou os bastidores da articulação entre sociedade, setor produtivo e poder público, bem como a relevância da formação técnica e universitária para o fortalecimento do ecossistema de games no país e o papel dos estudantes na construção do futuro da indústria.

© Riotur/Divulgação

Inscrições para a escola vão até o fim de outubro

Escola de dança do Theatro Municipal abre inscrições

A Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, primeira escola de dança do Brasil e referência na formação de bailarinos no país, está com inscrições abertas para o processo seletivo de novos talentos da dança para o ano de 2026. O período de inscrição vai de 20 a 30 de outubro de 2025, com atendimento presencial de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, na sede da escola, localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 14 – 3º andar (prédio anexo ao Theatro Municipal).

A taxa de inscrição é de R$ 50, isenta para candidatos do sexo masculino, e deve ser paga via PIX (CNPJ: 29.411.618/0001-26) em nome da Associação dos Amigos da Escola de Dança Maria Olenewa. Candidatos de outras cidades ou estados podem enviar toda a documentação por correio, junto ao comprovante de pagamento e contatos atualizados.

Documentos necessários:

1- 2 fotos 3x4
2- Cópia da certidão de nascimento
3- Atestado médico (original)
4- Atestado de escolaridade (original)
5- Comprovante de residência (cópia)
6- Comprovante de pagamento da taxa (quando aplicável)